

INFORME ESPECIAL DA INDÚSTRIA

MEDIDAS COMERCIAIS DOS EUA

CNI Confederação
Nacional
da Indústria

Número 32 - 18/11/2025

Monitoramento de medidas comerciais dos Estados Unidos

Com o início de seu segundo mandato, o presidente Donald Trump retomou a política comercial *"America First"*, com foco na revisão e reformulação das práticas comerciais dos Estados Unidos, buscando priorizar os interesses econômicos e de segurança nacional do país.

Nesse contexto, em 13 de fevereiro de 2025, foi anunciado o "Plano Justo e Recíproco" no comércio, uma iniciativa abrangente voltada a combater desequilíbrios comerciais e reduzir o déficit comercial dos EUA.

PRINCIPAIS MEDIDAS ANUNCIADAS

14/11/2025: Presidente Trump publica [Ordem Executiva](#) para modificar o escopo de aplicação da tarifa recíproca em relação a certos produtos agrícolas, atualizando o Anexo II (exceções) da [Ordem Executiva 14257](#). A lista inclui 238 produtos nas exceções, tais como carne, café, hortaliças, cera de carnaúba, frutas cítricas, castanha-do-Pará, suco de laranja, fertilizantes e produtos químicos agrícolas. A ordem também atualiza o anexo *"Potential Tariff Adjustments for Aligned Partners"* da [Ordem Executiva 14346](#), que define a estrutura para futuros acordos recíprocos, com códigos elegíveis à isenção da tarifa adicional. A ordem determina a modificação do HTS dos EUA, conforme o [Anexo I](#), com entrada em vigor em 13 de novembro de 2025.

NEGOCIAÇÕES COM TERCEIROS PAÍSES



Em 13 de novembro, a Casa Branca divulgou uma [Declaração Conjunta sobre a Estrutura para um Acordo entre os EUA e a Argentina sobre Comércio e Investimento Recíprocos](#).

Principais compromissos da Argentina:

- Conceder acesso preferencial ao mercado para as exportações de bens dos EUA, incluindo certos medicamentos, produtos químicos, máquinas, produtos de tecnologia da informação, dispositivos médicos, veículos automotores e uma ampla gama de produtos agrícolas.

- Eliminar barreiras não tarifárias, como o licenciamento de importações (já removido), não exigir formalidades consulares e eliminar gradualmente o imposto estatístico sobre produtos dos EUA.
- Aceitar a importação de veículos fabricados nos EUA que atendam aos "U.S. Federal Motor Vehicle Safety Standards" e aos padrões de emissões dos EUA, além de aceitar certificados do U.S. Food and Drug Administration (FDA) e autorizações prévias de comercialização para dispositivos médicos e produtos farmacêuticos.
- Abordar desafios estruturais citados no Relatório Especial 301 de 2025 do Escritório do Representante Comercial dos Estados Unidos (USTR), incluindo critérios de patenteabilidade, acúmulo de patentes e indicações geográficas, bem como a trabalhar para alinhar seu regime de propriedade intelectual aos padrões internacionais.
- Abrir o mercado para gado vivo dos EUA (ação já concluída), permitir o acesso ao mercado de aves dos EUA dentro de um ano e não restringir o acesso ao mercado para produtos que utilizem determinados termos relacionados a queijos e carnes.
- Proteger os direitos trabalhistas reconhecidos internacionalmente e proibir a importação de mercadorias produzidas por trabalho forçado.
- Tomar medidas para combater a extração ilegal de madeira; incentivar uma economia mais eficiente em termos de recursos, inclusive no setor de minerais críticos; e implementar integralmente as obrigações do Acordo OMC sobre Subsídios à Pesca.
- Facilitar o comércio digital com os EUA, reconhecendo o país como jurisdição adequada, segundo a legislação argentina, para transferência transfronteiriça de dados, incluindo dados pessoais e abstendo-se de discriminação contra serviços ou produtos digitais americanos.

Principais compromissos dos EUA:

- Eliminar tarifas recíprocas sobre certos recursos naturais indisponíveis e artigos não patenteados para uso em aplicações farmacêuticas.
- Poderá considerar positivamente o impacto do Acordo sobre a segurança nacional, inclusive levando-o em conta ao adotar medidas comerciais nos termos da Seção 232.

Os dois países se comprometeram a abrir seus mercados um para o outro em relação a produtos-chave, além de melhorar as condições de acesso bilateral recíproco para o comércio de carne bovina. Também concordaram em identificar ferramentas para alinhar abordagens em relação a controles de exportação, segurança de investimentos, evasão de impostos e outros temas importantes.

Por fim, Argentina e EUA cooperarão para facilitar o investimento e o comércio de minerais críticos, além de trabalharem conjuntamente para estabilizar o comércio global de soja. Agora, os países trabalharão com celeridade para finalizar o texto do Acordo, para assinatura e cumprir as respectivas formalidades para a entrada em vigor dos compromissos.

GUATEMALA

Em 13 de novembro, a Casa Branca divulgou uma [Declaração Conjunta sobre a Estrutura para um Acordo entre EUA e Guatemala sobre Comércio Recíproco](#).

Principais compromissos da Guatemala:

- Abordar uma ampla gama de barreiras não tarifárias que afetam o comércio em áreas prioritárias,

incluindo a simplificação dos requisitos regulatórios e das aprovações para exportações dos EUA, especificamente para produtos farmacêuticos e dispositivos médicos; remover restrições à importação de produtos remanufaturados; aceitar padrões automotivos dos EUA; e simplificar requisitos para o certificado de livre venda, aceitando certificados eletrônicos, removendo os requisitos de apostila e agilizando o registro de produtos para exportações dos EUA.

- Compromissos com a proteção e aplicação da propriedade intelectual, incluindo a implementação de medidas para resolver questões identificadas no Relatório Especial 301 do USTR.
- Facilitar o comércio digital, inclusive abstendo-se de impor impostos sobre serviços digitais ou outras medidas que discriminem serviços digitais ou produtos dos EUA distribuídos digitalmente.
- Proteger os direitos trabalhistas reconhecidos internacionalmente e proibir a importação de mercadorias produzidas por trabalho forçado.
- Tomar medidas para restringir o acesso de fornecedores de países que não fazem parte de acordos de livre comércio às aquisições em nível central abrangidas pelos seus compromissos no âmbito desses acordos, permitindo isenções quando necessário, de forma comparável às restrições de aquisição dos EUA.

Principais compromissos dos EUA:

- Eliminar tarifas recíprocas para determinados produtos qualificados que não podem ser cultivados, extraídos ou produzidos naturalmente nos EUA em quantidades suficientes, bem como para certos produtos, como têxteis e vestuário, originários do Acordo de Livre Comércio entre Estados Unidos, América Central e República Dominicana (CAFTA-DR).

Agora, os países trabalharão para finalizar o texto do Acordo, para assinatura e cumprir as respectivas formalidades para a entrada em vigor dos compromissos.

EQUADOR

Em 13 de novembro, a Casa Branca divulgou uma [Declaração Conjunta sobre a Estrutura para um Acordo entre EUA e Equador sobre Comércio Recíproco](#).

Principais compromissos do Equador:

- Reduzir ou eliminar tarifas em setores-chave para os EUA, incluindo máquinas, produtos de saúde, bens de TIC, produtos químicos, veículos automotores e certos produtos agrícolas, incluindo nozes, frutas frescas, leguminosas, trigo, vinho e bebidas destiladas. O país também eliminará completamente uma tarifa variável sobre muitos produtos agrícolas que havia imposto por meio do Sistema Andino de Banda de Preços.
- Abordar barreiras não tarifárias, como por exemplo, a reforma em andamento do seu sistema de licenciamento de importação e registro de instalações para alimentos e produtos agrícolas, além de garantir que o acesso ao mercado não seja restringido pelo simples uso de determinados termos relacionados a queijos e carnes.
- Garantir transparência e equidade em relação às indicações geográficas, bem como abordar as questões identificadas no Relatório Especial 301 de 2025 do USTR.
- Proteger os direitos trabalhistas reconhecidos internacionalmente e proibir a importação de mercadorias produzidas por trabalho forçado.
- Adotar e manter altos níveis de proteção ambiental, tomar medidas para melhorar a governança do

setor florestal e combater a exploração madeireira ilegal, além de implementar integralmente as obrigações do Acordo da OMC sobre Subsídios à Pesca .

Principais compromissos dos EUA:

- Remover as tarifas recíprocas sobre certas exportações qualificadas do Equador que não podem ser cultivadas, extraídas ou produzidas naturalmente nos EUA em quantidades suficientes.

O Acordo fortalecerá o relacionamento econômico entre os países inclusive no âmbito do Acordo de Comércio e Investimento EUA-Equador, assinado em 1990 e atualizado em 2020. Agora, os países trabalharão para finalizar o texto do Acordo para assinatura e cumprir as respectivas formalidades para a entrada em vigor dos compromissos.

EL SALVADOR

Em 13 de novembro, a Casa Branca divulgou uma [Declaração Conjunta sobre a Estrutura para um Acordo entre EUA e El Salvador sobre Comércio Recíproco](#).

Principais compromissos de El Salvador:

- Abordar uma ampla gama de barreiras não tarifárias, incluindo a simplificação dos requisitos regulatórios e das aprovações para exportações dos EUA, como produtos farmacêuticos e dispositivos médicos; remover restrições à importação de produtos remanufaturados; aceitar padrões automotivos dos EUA; simplificar requisitos para o certificado de livre venda, aceitando certificados eletrônicos; remover requisitos de apostila; e agilizar o registro de produtos para exportação aos EUA.
- Abordar e prevenir barreiras aos produtos agrícolas dos EUA.
- Evitar barreiras ao comércio de serviços e digital e não impor impostos sobre serviços digitais.
- Proteger os direitos trabalhistas reconhecidos internacionalmente e proibir a importação de mercadorias produzidas por trabalho forçado.

Principais compromissos dos EUA:

- Eliminar as tarifas recíprocas sobre determinados produtos qualificados que não podem ser cultivados, extraídos ou produzidos naturalmente nos EUA em quantidades suficientes, bem como para certos produtos, como têxteis e vestuário, originários do CAFTA-DR.
- Poderá considerar positivamente o impacto do Acordo sobre a segurança nacional, inclusive levando-o em conta ao adotar medidas comerciais nos termos da Seção 232.

SUÍÇA LIECHTENSTEIN

Em 14 de novembro, a Casa Branca divulgou uma [Declaração Conjunta sobre a Estrutura para um Acordo entre EUA, Suíça e Liechtenstein sobre Comércio Justo, Equilibrado e Recíproco](#) e uma [Ficha Informativa](#).

Principais compromissos da Suíça:

- Incentivar e facilitar pelo menos US\$ 200 bilhões em investimentos nos EUA, em todos os 50 estados, nos próximos cinco anos, para criar empregos nos setores de manufatura e pesquisa e

desenvolvimento.

- Melhorar o acesso ao mercado para produtos dos EUA, através da aplicação de tarifas zero sobre todos os produtos industriais, frutos do mar e certos produtos agrícolas, e através da aplicação de cotas tarifárias para uma série de outros produtos agrícolas.
- Abordar medidas específicas que restringem o acesso ao mercado de aves e produtos avícolas americanos, além de simplificar requisitos sanitários para rotulagem e certificação, particularmente para carne bovina, carne de bisão e produtos lácteos.

Principais compromissos do Liechtenstein

- Incentivar e facilitar pelo menos US\$ 300 milhões em investimentos nos EUA e aumentar em 50%, nos próximos cinco anos, o número de empregos criados pelo seu setor privado nos Estados Unidos.
- Melhorar o acesso ao mercado para produtos dos EUA, através da aplicação de tarifas zero sobre todos os produtos industriais, frutos do mar e certos produtos agrícolas, e através da aplicação de quotas tarifárias para uma série de outros produtos agrícolas.

Principais compromissos dos EUA:

- Determinar, na aplicação de tarifas recíprocas, se a Suíça e o Liechtenstein tomaram as medidas adequadas para incentivar e facilitar os investimentos do Acordo e a consequente criação de empregos.
- Aplicar a tarifa mais alta entre a tarifa de nação mais favorecida (NMF) dos EUA ou uma tarifa de 15%, composta pela tarifa NMF e uma tarifa recíproca, sobre mercadorias originárias da Suíça e do Liechtenstein, e aplicar apenas a tarifa NMF dos EUA sobre determinados produtos listados no Anexo "*Potential Tariff Adjustments for Aligned Partners*".
- Assegurar que a tarifa NMF e a tarifa imposta nos termos da Seção 232 não excedam 15% para produtos farmacêuticos e semicondutores originários da Suíça e do Liechtenstein sujeitos às tarifas da Seção 232.

Os países pretendem iniciar imediatamente as negociações do Acordo e, se possível, concluí-lo até o primeiro trimestre de 2026, sujeitos aos seus respectivos processos internos.



COREIA DO SUL

Em 11 de novembro, a Casa Branca divulgou uma [ficha informativa conjunta do Presidente Donald Trump com o Presidente Lee Jae Myung, da Coreia do Sul](#). Os dois países reafirmaram o anúncio feito em julho do Acordo Estratégico de Comércio e Investimentos com a Coreia.

Destaques da ficha conjunta:

Investimentos: O acordo visa fortalecer os laços econômicos e de segurança nacional, estimulando investimentos coreanos em setores estratégicos como construção naval, energia, semicondutores, produtos farmacêuticos, minerais críticos e inteligência artificial. Entre os compromissos, destacam-se um investimento coreano de US\$ 150 bilhões, aprovado pelos EUA, e um adicional de US\$ 200 bilhões a serem aplicados conforme Memorando de Entendimento bilateral.

Tarifas: No âmbito comercial, os EUA aplicarão a tarifa mais alta do Acordo de Livre Comércio EUA-Coreia,

a tarifa NMF ou a tarifa recíproca de 15%. Além disso, os EUA também reduzirão suas tarifas setoriais da Seção 232 sobre automóveis, autopeças, madeira serrada e derivados de madeira para 15%, e limitarão em 15% potenciais tarifas sobre farmacêuticos. Em relação a semicondutores, para quaisquer futuras tarifas, os EUA asseguram condições tarifárias não menos favoráveis do que as oferecidas a outros parceiros.

Mercado de câmbio: A Coreia não precisará financiar um montante superior a US\$ 20 bilhões por ano, mas buscará captar esses recursos preferencialmente sem recorrer a compras no mercado, evitando assim impactos negativos no valor do won. Caso surjam riscos de instabilidade, a Coreia poderá solicitar ajustes nos valores ou prazos, e os EUA se comprometeram a analisar tais pedidos de forma colaborativa e cuidadosa.

Aquisições: Houve o anúncio de investimentos diretos de empresas sul-coreanas nos EUA de US\$ 150 bilhões durante o mandato do presidente Trump, e o pedido da Korean Air de 103 aeronaves Boeing, avaliado em US\$ 36 bilhões, elevando o total de encomendas para mais de 150 aviões em 2025.


Comércio recíproco: Entre as medidas previstas, a Coreia do Sul eliminará limites (50 mil unidades) para importação de veículos americanos, reduzirá encargos regulatórios para automóveis, facilitará as exportações agrícolas dos EUA e preservará o acesso a carnes e queijos americanos. Ambas as nações também se comprometeram a evitar discriminações em serviços digitais e a facilitar a transferência internacional de dados. Outros compromissos incluem equidade processual, proteção da propriedade intelectual, direitos trabalhistas, combate ao trabalho forçado e proteção ambiental.

Segurança e modernização da indústria marítima e nuclear: Os países reafirmaram seu compromisso com a paz, segurança e prosperidade na Península Coreana, destacando esforços conjuntos para a desnuclearização da Coreia do Norte. No campo marítimo e nuclear, ambos assumiram compromissos para modernizar a indústria naval americana com investimentos sul-coreanos e ampliar a colaboração em construção, manutenção naval e desenvolvimento da força de trabalho.

BRASIL

Em 11 de novembro, foi publicada a [Portaria Conjunta nº 21/2025](#), que altera a Portaria Conjunta 17/2025 para expandir o alcance das medidas de apoio do Plano Brasil Soberano. A principal inovação permite que fornecedores indiretos sejam beneficiários, desde que destinem ao menos 1% de seu faturamento a exportadores afetados, os quais devem ter pelo menos 5% de seu faturamento impactado pelas tarifas dos EUA. Além disso, a norma simplificou os critérios de acesso, eliminando o requisito anterior de 20% de exportações e estabelecendo como único parâmetro o teto de receita bruta anual de R\$ 300 milhões, válido tanto para exportadores diretos quanto para seus fornecedores.

Acompanhe as medidas do **Plano Brasil Soberano**:

MEDIDA	NORMA	STATUS
Diferimento de Tributos Federais e do Simples Nacional Autorizado por dois meses para: <ul style="list-style-type: none">Tributos Federais com vencimentos em agosto e setembro;Simples Nacional com vencimentos em setembro e outubro;Inclui parcelamentos ativos junto à RFB e à PGFN.	Portaria MF 1.862/25	 Vigente desde agosto de 2025.

Agilidade no Ressarcimento de Créditos Tributários Priorização, por 6 meses (prorrogáveis por mais 6 meses), na análise dos pedidos de ressarcimento de saldo credor de tributos administrados pela RFB.	Portaria MF 1.862/25	✔ Vigente desde 10 de setembro de 2025, quando a RFB passou a comunicar as empresas contempladas pela priorização, por meio do eCAC.
Aumento da Alíquota do Reintegra para até 6%	PLP 168/25	🔄 Pendente , aguarda aprovação do PLP 168/25 e de sua posterior regulamentação.
Prorrogação de prazos para exportação vinculada aos regimes especiais de Drawback e Recof por 1 ano	Drawback: Portaria Secex 430/25 Recof: IN RFB 2.276/25	✔ Vigente desde setembro de 2025.
Criação de 4 novas linhas de crédito Com base em recursos do Fundo de Garantia à Exportação (FGE), operacionalizadas pelo BNDES. O montante total disponível é de R\$ 30 bilhões.	Portaria MF/MDIC 17/25, alterada pela Portaria Conjunta MF/MDIC 21/2025	✔ Vigente desde 26 de agosto, com expansão do alcance em 12 de novembro de 2025.
	Portaria MF 1.861/25, Portaria MF 2.087/25, Resolução CMN 5.242/25, Resolução CMN 5.243/25 e Resolução CMN 5.248/25	✔ Vigentes desde 18 de setembro de 2025, quando o BNDES passou a receber os pedidos das empresas. O prazo final para contratação das linhas é 31 de dezembro de 2025.
Criação de 2 linhas complementares do BNDES até dezembro de 2025 Com recursos próprios, totalizando R\$ 10 bilhões adicionais.	Circular BNDES SUP/ADIG 85/25, Circular BNDES SUP/AEX 1/25, Circular BNDES SUP/AEX 2/25, Circular BNDES SUP/AEX 3/25 e Circular BNDES SUP/AEX 4/25	
Expansão das garantias para crédito à exportação Autorizada a utilização dos fundos garantidores FGO e FGI para: <ul style="list-style-type: none"> garantir operações contratadas nas 4 linhas de crédito baseadas no FGE; cobrir operações contratadas com instituições financeiras do Sistema Financeiro Nacional, como bancos comerciais, utilizando recursos livres. 	PLP 168/25	🔄 Pendente , aguarda aprovação do PLP 168/25.
Ampliação das compras públicas de alimentos pela União, Estados e Municípios.	Portaria Mapa/MDA 12/25	✔ Vigente desde agosto de 2025. O prazo final para a realização das compras públicas é 9 de fevereiro de 2026.

<p>Lista de produtos com tarifa adicional de 40% nas exportações brasileiras aos EUA, habilitando empresas às medidas de apoio do Plano Brasil Soberano</p> <p>Viabilizar o acesso das empresas brasileiras às medidas de apoio, especialmente no que tange à priorização de crédito e garantias financeiras junto ao BNDES e ao Fundo Garantidor de Operações (FGO).</p>	<p>Portaria Conjunta MDIC-MF nº 4/2025</p>	<p>✔ Vigente desde 12 de setembro, com atualização em 14 de outubro de 2025.</p>
--	--	---

Elaboração: CNI. Última atualização em 18 de novembro de 2025.

Em relação às negociações com os EUA, em 13 de novembro, o porta-voz adjunto principal do Departamento de Comércio americano, Tommy Pigott, informou por meio de comunicado que o Secretário Marco Rubio se reuniu com o Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Mauro Vieira, após a reunião ministerial do G7 no Canadá e o encontro do Presidente Trump com o Presidente Lula, à margem da Cúpula de Líderes da ASEAN em Kuala Lumpur. O Secretário Rubio e o Ministro Vieira discutiram um quadro de reciprocidade para a relação comercial entre os EUA e o Brasil. O comunicado não forneceu mais detalhes.

Em declarações à imprensa, o Ministro Vieira afirmou que o governo brasileiro apresentou uma proposta com uma lista de temas, em resposta à primeira proposta apresentada pelos EUA em outubro, e aguarda uma resposta do governo americano. Além disso, informou que Rubio "reafirmou o que havia sido proposto nas reuniões técnicas, que é chegar a um acordo provisório no final deste mês ou no início do próximo, o qual estabelecerá um mapa para uma negociação que poderia durar dois ou três meses e depois ser concluída definitivamente todas as questões entre os dois países".

IMPACTOS MACROECONÔMICOS E FINANCEIROS

- Na última sexta-feira, o governo dos Estados Unidos retirou as tarifas de importação de 10% sobre itens como café, carne bovina e frutas, produtos nos quais o Brasil é um importante exportador. Contudo, a tarifa adicional de 40% sobre produtos brasileiros, implementada no fim de julho, permanece em vigor. Segundo nota técnica da Confederação Nacional da Indústria (CNI), 73,8% das exportações brasileiras aos Estados Unidos continuam sujeitas à tarifa extra — antes da medida anunciada na sexta-feira, o percentual era de 77,8%.
- Na terça-feira passada também foram divulgados os dados do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). A inflação de outubro foi de 0,09%, queda de 0,39 ponto percentual em relação a setembro e abaixo da expectativa do mercado, que projetava alta entre 0,10% e 0,16%. Com isso, a inflação acumula alta de 3,73% em 2025 e 4,68% nos últimos 12 meses.
- As notícias sobre a desaceleração da inflação no Brasil e a redução das tarifas de importação movimentaram o mercado financeiro, que concentra grandes empresas exportadoras de commodities. A bolsa de valores fechou a semana com alta de 2,4% e acumula ganho de 31,1% em 2025. Um dos fatores é a expectativa de que o Banco Central antecipe o início do ciclo de cortes de juros para janeiro, estimulando a migração de recursos para a renda variável.
- O fluxo de capital estrangeiro para a bolsa elevou a participação desses investidores para 58,3% do valor de mercado das empresas listadas, acima da média histórica e no maior nível em pelo menos 20 anos. Os dados refletem a entrada líquida desse capital, que somou R\$ 25,3 bilhões nos dez primeiros meses

de 2025.

- Um dos elementos apontados é o aumento do risco norte-americano e a redução do risco brasileiro. Enquanto o Credit Default Swap (CDS, **um instrumento financeiro derivativo usado para proteger contra o risco de crédito de um emissor de dívida**) de cinco anos dos Estados Unidos subiu 10,4%, o do Brasil recuou 14,5%, incentivando investidores a reduzir a exposição ao dólar. Esses movimentos contribuíram para a valorização do real na última semana. A moeda brasileira avançou 1,1% frente ao dólar na variação semanal e acumula alta de 14,5% no ano.

INFORME ESPECIAL DA INDÚSTRIA: MEDIDAS COMERCIAIS DOS EUA | Publicação da Confederação Nacional da Indústria - CNI | www.cni.com.br | Diretoria de Desenvolvimento Industrial, Tecnologia e Inovação | Diretor: Jefferson de Oliveira Gomes | Diretor Adjunto: Mário Sérgio Carraro Telles | Superintendência de Economia | Gerência de Análise Econômica | Gerente: Marcelo Souza Azevedo | Equipe: Rafael Sales Rios | Coordenação de Divulgação - CDIV | Coordenadora: Carla Gadêlha | Design gráfico: Carla Gadêlha | Superintendência de Relações Internacionais | Superintendente: Frederico Lamego de Teixeira Soares | Gerência de Comércio e Integração Internacional | Gerente: Constanza Negri Biasutti | Equipe: Pietra Mauro e Ronnie Pimentel

Serviço de Atendimento ao Cliente - Fone: (61) 3317-9992: sac@cni.com.br
Autorizada a reprodução desde que citada a fonte.

**A INDÚSTRIA CRIA.
A INDÚSTRIA É MAIS.**

CNI Confederação
Nacional
da Indústria